



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

O presente Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo subsidiar o processo licitatório destinado à permissão remunerada de uso, a título oneroso, dos espaços públicos, para exploração de atividade econômica de comercialização de gênero alimentício, nos termos da tabela do Anexo I, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e com base nos parâmetros da Lei 14.133/2021. Trata-se de uma medida de regularização da ocupação desses espaços, em consonância com o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e a Prefeitura Municipal de Cataguases.

Essa necessidade surgiu a partir da constatação de que muitos espaços públicos vinham sendo ocupados informalmente, sem critérios objetivos ou respaldo legal, o que comprometia a segurança jurídica, a equidade no acesso e a qualidade da prestação de serviços à população. A regularização permitirá a democratização do uso do solo urbano, o fortalecimento da economia local e o controle sanitário e fiscal adequado dessas atividades

### **1 - PREVISÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

**1.1.** A Administração Pública está em processo de adequação à nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), que alterou significativamente o regime jurídico das contratações públicas, portanto o PCA ainda está em fase de elaboração para posterior publicação.

### **2 - NECESSIDADE DA PERMISSÃO**

**2.1.** A execução do processo licitatório é a primeira etapa de cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o MPMG e a Prefeitura Municipal de Cataguases no que tange a regularização da ocupação dos espaços públicos por ambulantes.

**2.2.** Tal processo deverá ser realizado de forma presencial visando garantir maior clareza, transparência e eficiência no certame e possibilitando um ambiente mais dinâmico, com possibilidade de que dúvidas ou esclarecimentos sejam sanados de forma imediata. Além disso, por se tratar de espaços públicos,



é necessário que os interessados tenham prévio conhecimento da cidade, suas particularidades geográficas e o fluxo de pessoas presentes na localidade dos pontos aqui elencados. A utilização do modelo de licitação presencial contribui para a seleção de propostas mais vantajosas para a Administração. Por fim, em cumprimento ao art. 17, § 2º da Lei 14.133/2021, a sessão pública será registrada em ata, gravada em áudio e vídeo e transmitida em tempo real nos canais oficiais da Prefeitura de Cataguases, assegurando ampla publicidade e transparência ao processo.

2.3 Esclarece-se que atualmente há 61 ambulantes cadastrados, mas o município, em razão do TAC firmado com o Ministério Público, não tem recebido novas inscrições. Contudo, existe intensa procura informal por espaços, o que demonstra interesse contínuo na atividade.

### **3 - REQUISITOS DA PERMISSÃO**

**3.1.** Os permissionários contemplados na licitação deverão atender aos seguintes requisitos:

**3.1.1.** Ser pessoa física ou jurídica regularmente inscrita no Cadastro Municipal

**3.1.2.** Manter a área concedida em condições adequadas de limpeza, conservação, organização e segurança

**3.1.3.** Apresentar, quando solicitado, relatórios periódicos de regularidade fiscal e sanitária

**3.1.4.** Obedecer às normas previstas no edital, no contrato de permissão e demais legislações correlatas

**3.1.5.** Utilizar equipamentos compatíveis com as normas municipais e padrões de acessibilidade e higiene.

### **3.2. SUBCONTRATAÇÃO**

**3.2.1.** A permissão será concedida exclusivamente em caráter personalíssimo, precário, inalienável, impenhorável, incomunicável e, em regra, intransferível, sendo vedada assim quaisquer subcontratações e locações do ponto.

Q



### **3.3. PAGAMENTO DA OUTORGA**

**3.3.1.** O valor da outorga de cada ponto está disposto no Anexo I deste edital e poderá ser pago à vista ou em até 04 (quatro) vezes. O lançamento das guias referentes a outorga deverá ser realizada no momento do cadastro do contribuinte.

**3.3.2.** Apresentar, em caso de parcelamento da outorga, CND ou similar à Fiscalização de Posturas a cada 3 meses, sob pena de cancelamento da permissão.

**3.3.3.** Fica o cessionário ciente que além da outorga, será lançado taxa anual referente ao uso de área pública e de fiscalização sanitária em seu nome e a inadimplência do mesmo resultará em cassação da cessão.

### **3.4. PRAZO E RENOVAÇÃO**

**3.4.1.** A Permissão de Uso, objeto deste Termo de Referência, dar-se-á por via de licitação, com duração prevista para 05 (cinco) anos, a contar da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada por mais 05 (cinco) anos, a cargo da administração.

**3.4.2.** Em sendo o caso da prorrogação do prazo, será devido ao Município, o pagamento do valor pago originalmente pela outorga, corrido monetariamente pelos índices da inflação do período, podendo o pagamento ocorrer em até três parcelas, sendo uma no ato da assinatura do contrato de prorrogação da outorga e as duas outras, 30 e 60 dias após a assinatura do contrato.

**3.4.3.** A Permissão de Uso poderá ser rescindida a qualquer tempo, por meio de procedimento administrativo, em caso de descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato.

## **4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**4.1.** Não será exigida qualificação técnica específica.



## **5. ESTIMATIVA DE VALOR**

**5.1.** A precificação de cada ponto foi elaborada levando-se em consideração o valor do metro quadrado constante na Planta Genérica de Valores do município, constante no Código Tributário Municipal (Lei Complementar Municipal nº 4888/2022) e a área disponibilizada para ocupação em cada ponto.

## **6. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO**

**6.1.** A adoção da Concessão de Uso a título oneroso, mediante licitação pública, representa a solução mais adequada ao interesse público, pois garante:

**6.1.1.** Isonomia e impessoalidade, permitindo que todos os interessados tenham iguais condições de participar;

**6.1.2.** Eficiência na gestão urbana, com definição clara de responsabilidades e deveres;

**6.1.3.** Legalidade e transparência, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública;

**6.1.4.** Atendimento ao TAC firmado com o Ministério Público, corrigindo irregularidades e prevenindo novas ocupações indevidas;

**6.1.5.** Estímulo à formalização da economia popular, integrando os comerciantes informais ao sistema fiscal e sanitário do município;

**6.1.6.** Valorização da segurança alimentar e da saúde pública, por meio da exigência de boas práticas e fiscalização contínua.

**6.2.** A opção pela modalidade presencial decorre da necessidade de garantir maior transparência e permitir o esclarecimento imediato de dúvidas dos participantes, além de favorecer a participação de interessados que já atuam no município, conhecendo suas especificidades logísticas e urbanas.

**6.3** Conformidade aos arts. 37 e 175 da Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021 e à Lei nº 8.987/1995 conforme orientação da Controladoria.



## **7. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

**7.1** Para esta solução não há necessidade de ajustes de qualquer natureza, adotados pela Administração.

## **8. CONTRATAÇÕES CORRELATADAS/INTERDEPENDENTES**

**8.1.** Para esta solução não há contratações que guardam relação/afinidade/dependência com o objeto da compra/contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.

## **9. IMPACTOS AMBIENTAIS**

**9.1** Os impactos ambientais verificados com a execução do objeto são positivos, uma vez que o presente processo visa ocupar espaços público, agora vagos, e que, com tal ocupação, possuirão local de descarte de lixos e resíduos, além de obrigações do permissionário em relação a limpeza e coleta de resíduos.

## **10. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**10.1** O presente estudo técnico preliminar confirma a viabilidade da contratação na forma de concessão de uso onerosa, por meio de concorrência pública presencial, visando à regularização da ocupação de espaços públicos em Cataguases/MG.

**10.2** A solução é compatível com os princípios da legalidade, eficiência, impessoalidade, moralidade e publicidade, e atende à Lei nº 14.133/2021, ao TAC com o Ministério Público, e aos interesses sociais, econômicos e urbanísticos do município.

**10.3** A adoção do processo garantirá maior segurança jurídica, qualidade na prestação dos serviços, geração de renda, fortalecimento do comércio local e respeito às normas de convivência e uso do espaço urbano.

**10.4** Diante de todo o conteúdo analisado e exposto à permissão pretendida é entendida como viável, uma vez que a mesma é indispensável em virtude de todo acima relatado.



**ANEXO I - ANÁLISE DE RISCOS**

Nº	Nível de risco	Descrição do risco	Ação	Etapa da contratação /responsável
1	Moderado	Descumprimento contratual por parte dos permissionários	Acompanhamento do serviço prestado em conformidade com o contrato	Fiscal de contrato
2	Pequeno	Ocupação irregular posterior por terceiros	Fiscalização efetiva por parte do fiscal de contrato em conjunto a fiscalização municipal para que possa ser reestabelecido o local ao permissionário ou, caso necessário, realização de novo processo	Fiscal da contrato

Felipe Dutra Ladeira  
Coord. Fiscalização e Cadastro  
Responsável pela elaboração do ETP e análise de risco

## **FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA**

<b>IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE</b>	
<b>UNIDADE REQUISITANTE</b>	Secretaria de Fazenda – Departamento de Arrecadação
<b>E-MAIL</b>	<b>deparrecadacaopmc@gmail.com</b>
<b>TELEFONE</b>	(32) 3429-2599
<b>1. Objeto</b>  Vsa a permissão remunerada de uso, a título oneroso, dos espaços públicos, para exploração de atividade econômica de comercialização de gênero alimentício	
<b>JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO</b>  A execução do processo licitatório é a primeira etapa de cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o MPMG e a Prefeitura Municipal de Cataguases no que tange a regularização da ocupação dos espaços públicos por ambulantes. A opção pela licitação dos pontos em área pública atende a princípios gerais da administração pública, em especial ao princípio da impessoalidade, que visa garantir o amplo acesso da população dos referidos espaços em detrimento a indicações pessoais para ocupação dos pontos.	
<b>Servidor responsável para esclarecimentos: Felipe Dutra Ladeira</b>	
<b>Responsável pela Formalização da Demanda: Felipe Dutra Ladeira</b>	

  
**Felipe Dutra Ladeira**  
COORDENADOR GERAL  
FISCALIZAÇÃO E CADASTRO